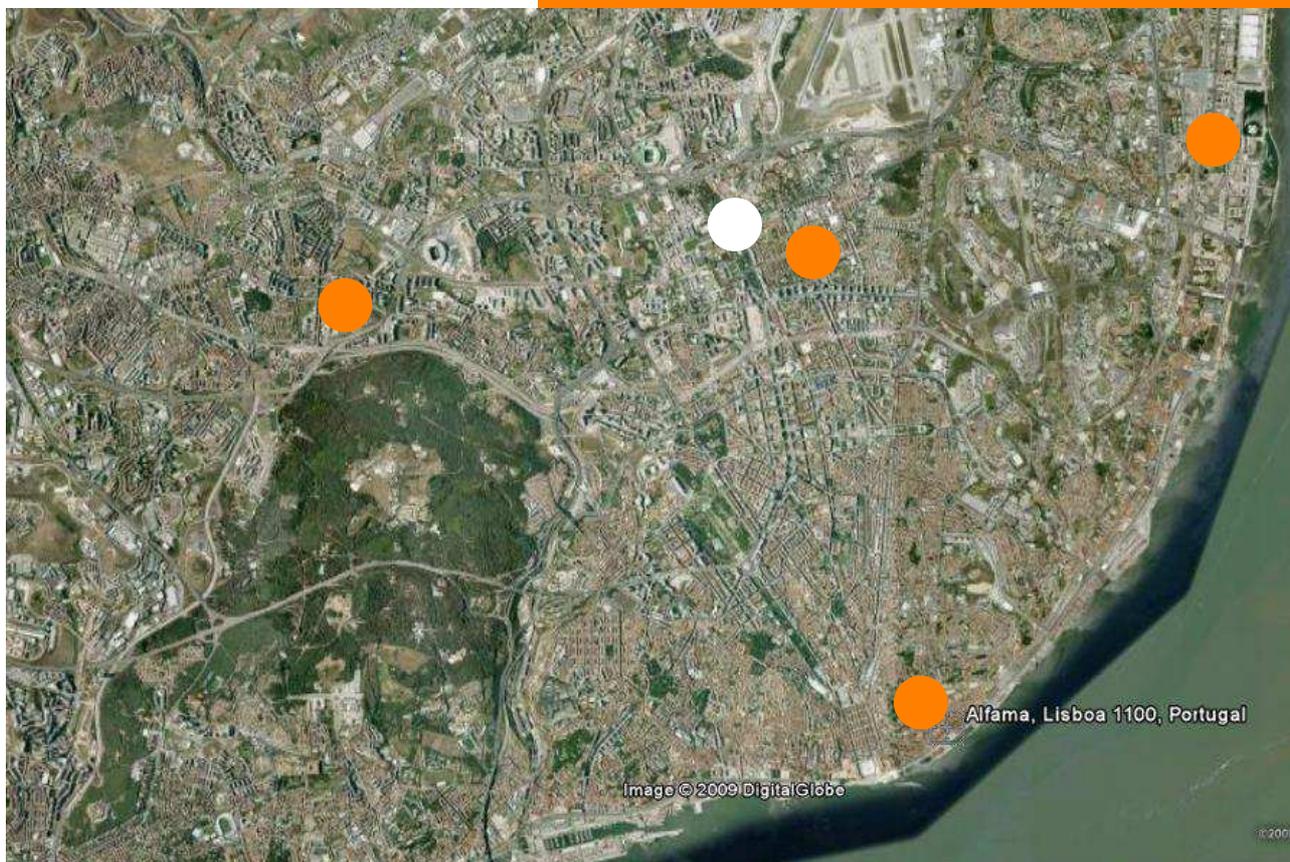


TOWARDS A **NEW** ARCHITECTURAL IDENTITY

reflections on the
architectural fabric in
the age of globalization

informação para
a visita de
estudo em lisboa
22 de maio '09

organização:
IDArq Factor



Programa da Visita

- 09H30** - Saída ULHT
- 10H00** - Escola Superior de Música (P1)
- 11H30** - Bairro de Alvalade (P2)
- 12H30** - Sé de Lisboa (P3)
- 13H00** - Castelo, Alfama e Mouraria
(almoço livre)
- 15H00** - Pavilhão Atlântico (P4)
- 16H30** - Pavilhão de Portugal (P4)
- 18H00** - Parque EXPO
- 21H00** - Jantar de Encerramento

texto de apoio

LISBOA



texto da
Câmara Municipal de Lisboa

Resumo Histórico

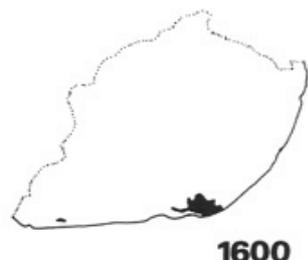
Lisboa, é uma cidade de vales e colinas abertas sobre o rio. O clima ameno, a abundância de fauna e flora terão determinado a sua ocupação por povos primitivos. A partir da colina do Castelo, a cidade foi crescendo. Fenícios, Gregos e Cartagineses aqui fundaram colónias. Os romanos consolidaram a sua vocação portuária e piscatória; a polis integrada no itinerário imperial, desenvolveu-se. Construíram-se numerosos edifícios, nomeadamente fórum, templos, termas, palácios, vilas e um teatro.

Com as ocupações bárbaras dos Alanos, Suevos e Visigodos a urbe entrou em declínio. O florescimento surgiu com a ocupação muçulmana (719-1147); construiu-se a Cerca Moura, destacando-se no seu interior a alcáçova e a medina. A Lisboa mourisca desenvolveu-se com a construção de novos bairros, dentro e extramuros, num tecido espontâneo e anárquico de ruas sinuosas e estreitas, num percurso labiríntico ainda existente no Bairro de Alfama. Conquistada pelo rei D. Afonso Henriques (1147) a cidade conheceu um grande florescimento com a fixação da corte, reforçando a sua função urbana como capital do reino (1256). O aumento demográfico originou o aparecimento de grandes núcleos habitacionais em zonas não amuralhadas tornando imprescindível a construção da Cerca Nova ou Fernandina. Na cidade medieval destacavam-se os grandes edifícios religiosos e os largos conventuais que, a par do Rossio, eram os espaços públicos mais importantes.

No século XVI os Descobrimientos portugueses transformaram Lisboa no centro mercantil da Europa. Na zona da ribeira ergueram-se os edifícios ligados ao trato comercial das especiarias; o Terreiro junto ao novo Paço tornou-se, a par do Rossio, no centro político e comercial. A cidade cresce junto ao rio, na Ribeira encontramos a Casa dos Bicos, dos Albuquerque, heróis na Índia; e nos arredores, a Oriente, o Convento da Madre de Deus; a Ocidente, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, monumentos que constituem os mais belos exemplares do estilo Manuelino, inspirado em motivos marinhos, celebrizando a conquista dos Mares. Data desta época a construção do Bairro Alto, pensado para marinheiros e artesãos foi, mais tarde, notabilizado com a instalação de muitos palácios. Tradicionalmente boémio é, actualmente, uma área de encontro noctívago devido à proliferação de bares e casas de fado.



1147



1600



1750



1850



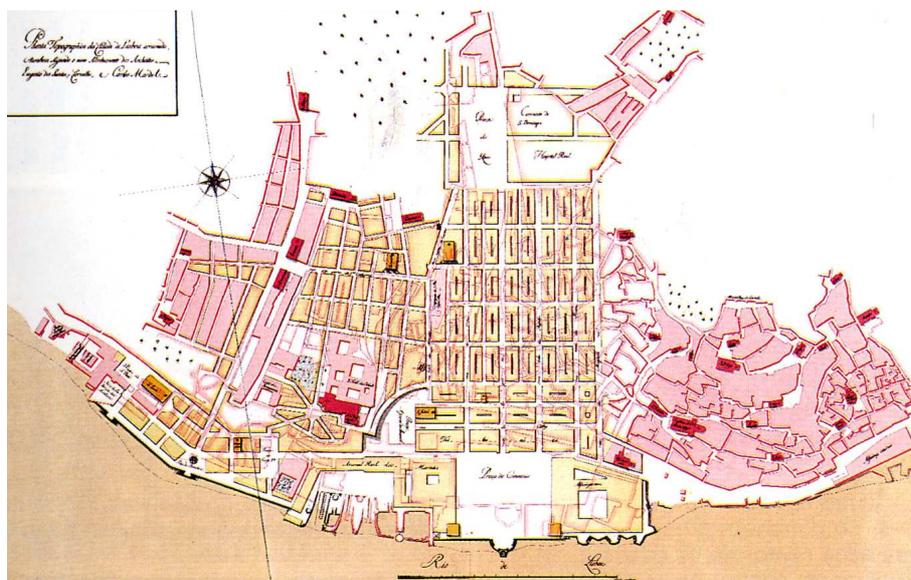
1950



1970

Durante o domínio espanhol (1580-1640) embelezou-se o palácio real com novo torreão; sendo por ocasiões solenes as principais praças e ruas engalanadas com um conjunto de arquiteturas efémeras à luz do gosto barroco. Já no século XVII a capital de D. João V, custeada pelo ouro do Brasil, queria-se magnífica e faustosa. Novos conventos, igrejas e numerosos palácios surgiram pela cidade, mas a grande obra joanina foi o Aqueduto das Águas Livres, que permitiu assegurar o abastecimento regular de água através dos numerosos chafarizes então construídos.

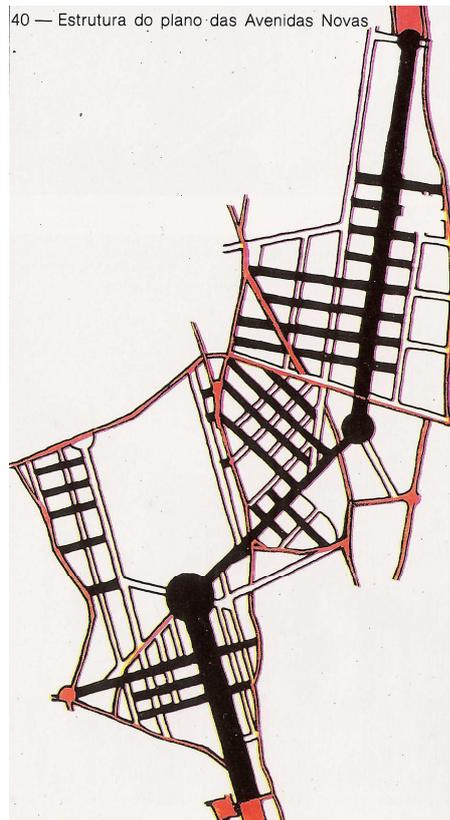
Plano da Baixa Pombalina



O devastador terramoto de 1755 atingiu as áreas mais povoadas da cidade; a reconstrução da Baixa pombalina é testemunho do espírito iluminista. Obedecendo a um plano urbanístico de quadrícula aberta, a cidade viu consagrar as duas grandes praças públicas do Rossio e do Comércio.

A primeira é o centro comercial de Lisboa, tradicional ponto de encontro, aí se encontram os mais antigos cafés, teatros e restaurantes; a segunda, corolário da Lisboa pombalina, porta aberta para o Tejo, local de partida e chegada, com as suas arcadas, arco do triunfo (1873) e monumento do rei D. José I é uma das mais belas praças do mundo.

No século XIX o liberalismo introduz uma nova vivência social; os principais locais eram a Baixa e a zona elegante do Chiado onde proliferavam as lojas, tabacarias, cafés, livrarias, clubes e teatros. O desenvolvimento industrial e comercial determinou o crescimento da cidade, traçado para o interior a partir da abertura da Avenida da Liberdade (1879), distanciando-se do Tejo.



Estrutura do Plano das Avenidas Novas

O Estado Novo (1926-1974) expandiu e aformoseou a cidade, à custa do resto do país, segundo moldes nacionalistas e monumentais. Surgiram novas urbanizações e edifícios públicos; modificou-se a zona de Belém com a Exposição do Mundo Português (1940) e, na periferia da cidade, apareceram bairros sociais. A inauguração da ponte sobre o Tejo possibilitou uma rápida ligação entre as duas margens do rio.

Nos anos 90 lançam-se as bases para a reabilitação dos bairros históricos; valoriza-se o património cultural e arquitectónico; recupera-se toda a zona ribeirinha agora local de lazer e convívio; constrói-se a nova ponte Vasco da Gama; reabilita-se toda a área Oriental para a realização da Exposição Mundial dos Oceanos (1998). À entrada do novo século Lisboa é uma cidade de múltiplos contrastes, moderna e antiga, que fascina os que a visitam.

Lisboa não se vê, sente-se: olhando os navios que chegam e partem do rio; percorrendo vales e colinas através das ruas estreitas e dos empedrados artísticos; observando as gentes que passam; no cheiro da sardinha assada que percorre os bairros populares durante as festas da cidade e, no fado que canta, à noite, a saudade.

(Fonte: CM Lisboa)

P1

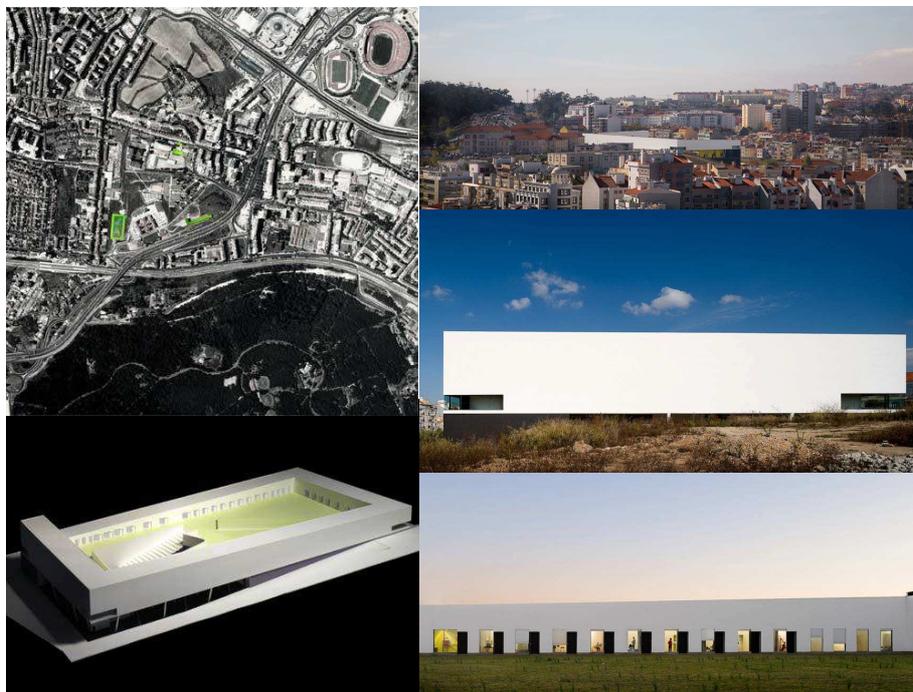
escola superior de música



joão luís carrilho da graça

escola superior de música

joão luís carrilho da graça



Descrição Sumária

Área de Direcção/Administração: com 16 gabinetes, secretarias e salas diversas, compreendendo uma área total de 255 m².

Infraestruturas e instalações gerais: com 8 unidades diversas (posto de socorros, oficina, garagem, convívio/bar, armazém, arrecadações, etc.), compreendendo uma área total de 679 m².

Apoio pedagógico: com um grande auditório (500 lugares sentados) de área total de 867 m² e mais 28 espaços diversos (biblioteca, fonoteca/videoteca, reprografia, salas de conferências, gabinetes, camarins, etc.) ocupando uma área total de 1451 m².

Ensino: com 1 estúdio de interpretação cénica (129 m²), 1 pequeno auditório (120 m² - 60 lugares sentados), 1 estúdio de electroacústica (55 m²), 2 espaços-régie e mais cerca de 73 unidades diversas (salas e estúdios de leccionação e de estudo, construídas de acordo com as adequadas características técnicas e acústicas para as diversas áreas de especialização do ensino da música), perfazendo uma área total de 2473 m².

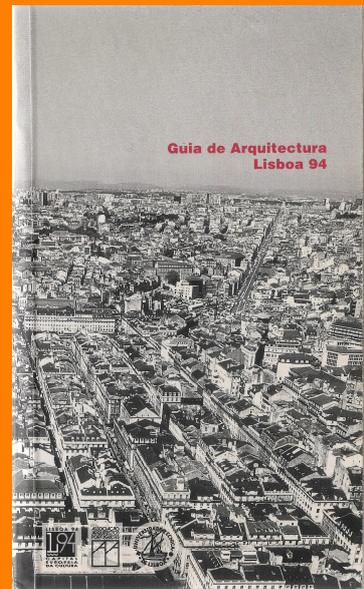
in: <http://www.esml.ipl.pt>

texto de apoio

Os Anos da República e a Ascensão do Estado Novo

por Margarida Sousa Lobo

guia de arquitectura lisboa 94



Os Anos da República e a Ascensão do Estado Novo

Margarida Sousa Lobo

A cidade da Primeira Republica herda do anterior regime um "Plano Geral de Melhoramentos", aprovado em 1904, da autoria de Frederico Ressano Garcia (1847-1911) que, dando sequência ao rasgamento da avenida da Liberdade, encaminha o crescimento de Lisboa para o interior. O modelo proposto é o de uma cidade pragmaticamente apoiada sobre um traçado reticulado que, a maneira das grandes intervenções de Haussman em Paris, se estrutura sobre eixos bem marcados, directrizes geradoras de malhas que diferem entre si na largura das vias, na dimensão do quarteirão e, conseqüentemente, na área dos fogos. Esta diferenciação de escalas, diversifica e adapta a oferta de habitação aos diferentes grupos sociais, desde

as Avenidas Novas, destinadas a uma burguesia emergente, aos pequenos quarteirões de residências operárias, em Lisboa Oriental. Estas malhas de traçado hipodâmico vão acolher a Arquitectura das décadas de vinte e trinta, sendo de assinalar o conjunto de edifícios de Arquitectura modernista constituído a nascente da Avenida da Republica, na Avenida Defensores de Chaves e sua envolvente.

As novas morfologias urbanas, resultantes da crítica à monotonia dos traçados hipodâmicos, começam a surgir em Lisboa nos anos vinte com a proposta de Jean Claude Nicolas Forestier para o prolongamento da Avenida da Liberdade, desenvolvida e concretizada por Cristino da Silva. Desta proposta de sabor modernista, que podemos filiar na corrente "city beautiful" oriunda dos Estados Unidos da América, apenas se executou uma pequena malha, constituída pelo Bairro Azul, localizado próximo do topo do Parque Eduardo VII e edificado entre 1930 e 1937.

Na periferia das Avenidas Novas ensaia-se um novo desenho urbano. Ao Bairro Social do Arco do Cego, de Edmundo Tavares e Frederico Machado, que experimenta novas tipologias de agrupamento dos fogos, seguem-se o Instituto Superior Técnico e o Instituto Nacional de Estatística, de Porfírio Pardal Monteiro, que subvertem o traçado regular dos quarteirões traçados por Frederico Ressano Garcia.

Os edifícios libertam-se dos limites do quarteirão para marcar pontos singulares no enfiamento dos novos arruamentos. A vasta operação urbanística da Alameda D. Afonso Henriques enquadra e viabiliza a construção do Instituto Superior Técnico, criando um espaço urbano de grande escala, sublinhada por uma fonte onumental num dos extremos e pelo conjunto de edifícios do Instituto, de composição formal, no outro extremo.

A estas pequenas intervenções urbanísticas de influência modernista sucede-se um plano de expansão da cidade para o sítio de Alvalade, abrangendo uma área de 230 hectares e prevendo uma população de 45.000 habitantes, de João Faria da Costa. Datado de 1946, este plano antecipa-se ao Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1948. A nova área é concebida com grande auto-suficiência. Para além do equipamento convenientemente dimensionado, o urbanista propõe um centro cívico e áreas destinadas à localização de indústria não poluente.

Este plano utiliza o conceito de célula, ou unidade habitacional, das quais se exclui o tráfego de atravessamento e que tem como ponto focal a escola primária, numa adopção clara do conceito das unidades de vizinhança.

A criação de alguns circuitos pedonais, independentes das rodovias, revela de igual modo o conhecimento de princípios que dos Estados Unidos se tinham propagado para a Europa. As soluções de desenho urbano para as diferentes células são diversas, variando entre a configuração dos quarteirões tradicionais e o recurso a impasses e pequenas praças, para preservar o carácter reservado das áreas tradicionais.

Em 1949, Étienne de Gréer finaliza o Plano Director de Urbanização de Lisboa, que alicerça a intervenção camarária, numa época em que a actividade de urbanização e construção era muito intensa, numa perspectiva integrada. De Gréer, de origem russa e antigo professor do Instituto de Urbanismo de Paris, orienta o seu trabalho por princípios claros - a contenção da mancha urbana, a adopção de zonamentos unifuncionais e o estabelecimento de uma rede viária conexa, composta por uma malha de circulares e radiais, que ainda hoje estruturam a mancha urbana da cidade do Estado Novo.

P2

alvalade

e o bairro das estacas



sobre o bairro de alvalade

A II Grande Guerra tinha acabado e a inovação que chegava ao País, bem como as críticas necessidades habitacionais, levaram à criação, em 1946, de um novo organismo, as “Habitações Económicas”, ligado à Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP), tecnicamente equipado, e orientado para uma promoção habitacional mais urbana. Este organismo irá actuar ao longo de cerca de 25 anos, até 1972, altura em que as suas atribuições passaram para o recém-criado Fundo de Fomento da Habitação Nas Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência - (HE-FCP), destaca-se ainda o muito meritório, extenso e aprofundado trabalho do Serviço de Estudos e Projectos, que, entre outras actividades, publicou (embora com a designação de “circulação restrita”) um significativo e extremamente útil conjunto de cadernos técnicos e de estudo e investigação sobre a problemática habitacional, que abarcaram desde aspectos de pormenorização construtiva a estudos normativos.

Considerando a excelente obra deixada pelas Habitações Económicas (HE-FCP) é interessante salientar que elas continuam a ser, ainda hoje, o organismo português ligado à habitação de interesse social que mais tempo esteve em actividade, merecendo, naturalmente, uma adequada divulgação da sua actividade, que foi longa, completa e produtiva.

A criação das HE-FCP, em meados dos anos 40, conjugou-se com a programação, pela Câmara Municipal de Lisboa, do bairro de Alvalade. O ainda hoje inovador grande bairro de Alvalade – 45.000 habitantes em 230 ha –, foi realizado para 31.000 habitantes em fogos de renda económica mais 2.000 em moradias também de renda económica, sendo os restantes fogos marcados também por modalidades intermédias de promoção habitacional, como é o caso da renda condicionada.

Este novo bairro caracterizou-se por ser um conjunto integrado de habitação para vários grupos sociais e de equipamentos colectivos e serviços dos mais diversos tipos, conjunto este que foi sendo concluído em prazos bem definidos e razoavelmente cumpridos.

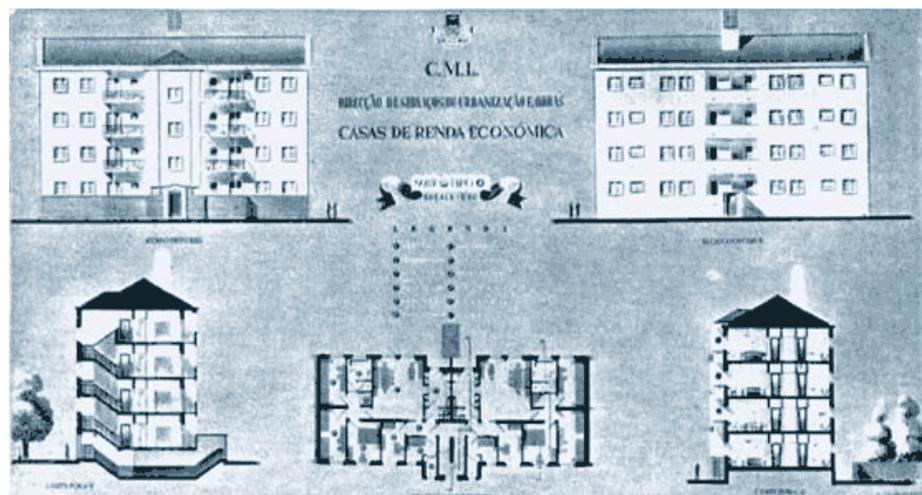
António Baptista Coelho

in: <http://infohabitar.blogspot.com/2007/03/sobre-o-bairro-de-alvalade-de-faria-da.html>

**Plano Geral
de Urbanização
de Alvalade**
(Faria da Costa)



Série III, Tipo 8



Séri I, Tipo 2



bairro das estacas

ruy d'athougia e formozinho sanchez



Premio Valmor 1954

Bairro das Estacas (1949-55)

Com a construção do bairro de Alvalade, numa zona onde Lisboa estava a crescer, havia, diz Ricardo Carvalho, "a possibilidade de testar novas formas de fazer cidade". E o Bairro das Estacas "foi uma das primeiras experiências a desafiar a relação dos edifícios com o solo". Aparecem aí os célebres pilotis (ou estacas), e os edifícios erguem-se acima de um "tapete de natureza", os jardins projectados por Gonçalo Ribeiro Teles.

O projecto foi encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa e foi ela que zelou para que ele fosse respeitado. "Os construtores eram contra os pilotis porque queriam aproveitar a parte de baixo dos edifícios para abrir lojas, e a câmara disse que não", recorda Michel Toussaint. "É extraordinário como em plena ditadura a câmara consegue ter uma atitude em relação à cidade e aos cidadãos que nunca mais voltou a ter", comenta.

Outra inovação que o Bairro das Estacas traz, prossegue Ricardo Carvalho, é "o desaparecimento da ideia de quarteirão". Os edifícios são construídos "em bandas paralelas entre si, que correm perpendicularmente em relação à linha do comboio" que cruza a Avenida de Roma - um modelo que cria um claro distanciamento em relação ao que era o desenho das cidades do século XIX. A obra foi premiada, em 1954, na Bienal de Arquitectura de São Paulo.

in: <http://estacas.der-moench.de/neighborhood.php?language=pt>

P3

o castelo, alfama e a sé de lisboa



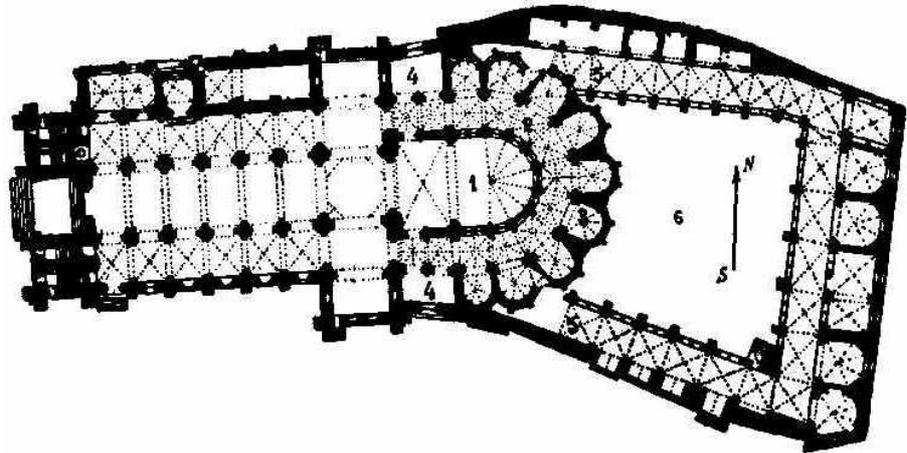
texto (IPPAR)



Alfama é o mais antigo e um dos mais típicos bairros da cidade de Lisboa. Actualmente, abrange as freguesias de São Miguel, Santo Estêvão e São Vicente de Fora. O seu nome deriva do árabe *al-hamma*, que significa banhos ou fontes. As vistas mais espectaculares sobre Alfama têm-se do passeio público formado pelos miradouros das Portas do Sol e de Santa Luzia. Por cima e envolvendo Alfama ficam a colina do Castelo de São Jorge, fortaleza e palácio real até ao século XVI, e a colina de São Vicente. Os principais monumentos da zona são a Igreja de Santo Estêvão e a Igreja de São Vicente de Fora. Durante o domínio muçulmano, poder-se-ia falar de uma Alfama do Alto, mais aristocrática, situada dentro da Cerca Moura, na parte oriental da actual freguesia da Sé, que comunicaria pela Porta de Alfama ou de São Pedro (na actual rua de São João da Praça) com uma Alfama do Mar, arrabalde popular. Com o domínio cristão a designação Alfama foi-se alargando mais para leste, dentro dos limites da Cerca Nova ou Cerca Fernandina, passando para lá do Chafariz de Dentro. Este bairro foi outrora o mais agradável da cidade. As origens do declínio surgiram na Idade Média, quando os residentes ricos se mudaram para o oeste, deixando o bairro para uma população de pescadores e marinheiros. Os prédios resistiram ao terramoto de 1755. Apesar de já não existirem casas mouriscas, o bairro conserva um pouco do ambiente, do *casbá* com as suas ruelas, escadarias e roupa a secar nas janelas. As áreas mais arruinadas estão a ser restauradas e a vida desenvolve-se em volta das pequenas mercearias e tabernas.

in: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfama>

sé de lisboa



Sé de Lisboa: Nota Histórica

Construída, ao que tudo indica, sobre a antiga mesquita muçulmana, o primeiro impulso edificador da Sé de Lisboa deu-se entre 1147, data da Reconquista da cidade, e os primeiros anos do século XIII, projecto em que se adoptou um esquema idêntico ao da Sé de Coimbra, com três naves, trifório sobre as naves laterais, transepto saliente e cabeceira tripartida, modelo essencialmente de raiz normanda, devido, com grande probabilidade, à origem do arquitecto Roberto.

Nos séculos seguintes, deram-se as transformações mais marcantes, com a construção da Capela de Bartolomeu Joanes, do lado Norte da entrada principal (uma capela privada de carácter funerário instituída por este importante burguês da Lisboa medieval, para si e para os seus companheiros), o claustro dionisino (obra marcante na evolução da arte gótica nacional, que apesar da sua planta irregular e localização a nascente do conjunto edificado, é uma das construções mais emblemáticas no processo de renovação arquitectónica e escultórica verificada no reinado de D. Dinis) e, especialmente, a nova cabeceira com deambulatório, mandada construir por D. Afonso IV para seu panteão familiar. Esta constitui o mais importante capítulo gótico entre Alcobaça e a Batalha e é o único deambulatório catedralício gótico nacional.



Ao longo da Idade Moderna o edifício foi objecto de enriquecimentos arquitectónicos e artísticos vários, como o testemunha a Sacristia de meados do século XVII (obra de charneira do Portugal restaurado), ou a grandiosa capela-mor barroca (das primeiras décadas do século XVIII), mas a grande parte destas obras foi suprimida nas duas campanhas de restauro da primeira metade do século XX, cujo objectivo foi a "restituição" da atmosfera medieval a todo o conjunto. Nos primeiros anos de Novecentos, Augusto Fuschini pretendeu reinventar uma catedral medieval, com laivos de fantasia neo-gótica (como o projecto para a nova cabeceira) e neo-clássica (com as grandes colunas para a entrada principal, cujos restos repousam ainda no claustro). A sua morte, em 1911, veio determinar o abandono do projecto. Nas décadas seguintes, sob o impulso de António do Couto Abreu, o restauro da Sé privilegiou as estruturas pré-existentes, dotando o edifício de um aspecto neo-românico evidente, cuja inauguração solene foi efectuada em 1940, num dos momentos de maior celebração do Estado Novo.

In: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70502

P4

o parque EXPO
pavilhão de portugal
pavilhão atlântico



pavilhão de portugal

alvaro siza vieira

Não há dúvida de que as grandes exposições constituíram desde seu início um terreno propício para conceber arquiteturas efêmeras, caracterizadas pela espetaculosidade dos seus alardes tecnológicos e mensagens categóricas, intencionadas ao mesmo tempo em expor e em "expor-se". Nada mais diverso sugere o Pavilhão de Portugal, encostado mansamente às águas do rio Tejo, renunciando austero a esse exibicionismo e associando-se ao espírito desta exposição que, diante do "fracasso" de Sevilha, procurou quase obsessivamente consolidar suas intervenções, privilegiando o permanente sobre o efêmero, redefinindo com isso - e até certo ponto, contradizendo - o próprio modelo expositivo. O módulo ordenador de 7 m x 7 m x 7 m condicionou tanto a implantação quanto a geometria do projeto do Pavilhão e seus espaços exteriores, enfrentando a doca. O edifício destaca-se por uma volumetria sumamente clara que denuncia os dois corpos que o constituem: a praça Cerimonial e o pavilhão propriamente dito, produtos coerentes desse despojamento do desnecessário na procura de uma imagem cada vez mais essencial, característico da arquitetura de Siza. A praça Cerimonial é um amplo espaço coberto, com 350 m², delimitado por dois grandes pórticos que sustentam uma fina laje de concreto armado cujas dificuldades tecnológicas Siza parece empenhado em "dissimular", deixando que seja a própria força da gravidade a dar-lhe a forma de uma catenária, expondo os cabos de protensão no ponto essencial do seu encontro com o pórtico e enfatizando-o com uma luz reveladora. O segundo volume, o corpo do pavilhão, conta com um subsolo e dois pisos concebidos ao redor de um pátio. Ou, mais precisamente, de uma árvore ali implantada para converter-se no motivo central da composição, ponto de início ou culminação de uma promenade cubista e helicoidal. Partindo dos compartimentos envolventes ela estimula um reconhecimento de todo o conjunto.



Assim, no seu lado leste, uma galeria de 12 m de altura constitui, junto da praça, um espaço de proteção para os visitantes, caracterizando institucionalmente o edifício e "duplicando" sua altura com os reflexos de suas colunas compassadas na água segundo um ritmo e proporções clássicas (solução já presente nas obras em Setúbal), cuja esbelteza e verticalidade se opõem à marcada horizontalidade do conjunto. A galeria é acompanhada em toda a extensão do nível inferior por um banco que soluciona a transição entre muro e pavimento, mas também entre a formalidade que a instituição requer e a informalidade do cotidiano, em que a amenidade da sombra ou do sol estimulam, como tantas vezes observamos na arquitetura popular, momentos de repouso e convivência; de encontro e discussão no espaço público. E aqui recordamos o conjunto de Évora. A fachada sul caracteriza-se pela abstração dos enormes pórticos que sombreiam a sua profundidade sobre um plano de cerâmicas verdes em que se recortam três aberturas de exíguas proporções e disposição assimétrica, gerando uma composição inquietante que se repete no outro pórtico da praça. Aí, as escassas referências temporais e espaciais nos concentram na curvatura da laje que, no momento de pousar sobre a horizontal, constituída pelo rio, comprime o espaço antes de o deixar escapar definitivamente, impressionando com o cunho metafísico que transmite ao lugar. No seu contorno oeste, o pavilhão limita a alameda Central, eixo principal da Expo'98 que canalizará grande parte do trânsito do futuro bairro. Ante essa evidência, o arquiteto consolida a avenida com uma circundante decididamente urbana. Finalmente, ao norte tudo se distende e dilui numa série de muros baixos, marcos de uma vegetação autóctone que nos transporta até paisagens serranas e nos alheia do ambiente mundano das cerimônias da praça coberta.

Podemos assim reconhecer por parte de Siza duas atitudes compositivas diversas na organização do pavilhão: uma primeira, a escala urbana ao redor do vazio deixado pela praça; a segunda, mais doméstica, ao redor de um pátio, definindo o autor, com ambas, este "edifício quarteirão" que encontra na sua autonomia volumétrica, dentro do setor, a sua própria unidade apesar da evidente falta de relação espacial e funcional de ambos os blocos, remarcada pela dupla fachada que os separa, origem de uma extrema introversão e de certa indiferença de alguns espaços interiores em relação à praça e até o rio. Porém, ao mesmo tempo, Siza Vieira opõe a essa divisão rotunda entre as partes, a ambígua solução das suas articulações que, vagas e imprecisas, parecem mais inclinadas a relacionar que a desrelacionar, enriquecendo a elementaridade o esquema geral e introduzindo uma maior complexidade e esfumatura porque, como afirma William Curtis, "Siza é um artista que gosta das ambigüidades, extremos, transições e dúvidas; tudo está bem, desde que a tensão se mantenha".

Isso é evidente, por exemplo, na pala que o pavilhão sobrepõe à praça gerando um interstício iluminado por uma luz quase religiosa que aproxima ambos os volumes; na diluição paulatina do edifício em direção ao norte; na solução "anticlássica" das colunas nas esquinas da galeria, diferentes entre si e de dimensões menores que as da trama; no já referido banco; em certas aberturas de onde um dintel de aço denuncia a presença da pedra como revestimento, enquanto seu corte esconde a espessura insinuando uma função importante. Estas constituem verdadeiras "variações sobre um tema" que acompanham o arquiteto desde a sua produção inicial, tal como a referida promenade; a assimilação do vernáculo ou a composição a partir de um vazio ordenador, argumentos fundidos por um método crítico que, de acordo com Margarida Veiga, diretora do Centro Galego de Arte Contemporânea, "lhe permite manter com rigor o diálogo entre o novo e o existente, entre a modernidade e a tradição, entre a vanguarda e o regionalismo". Em síntese, Siza Vieira responde e prioriza os problemas específicos que cada ocasião oferece: neste caso, os que advinham dos traçados geométricos gerais e da proximidade da Doca, cujo talude de blocos de pedra, construídos em 1942, constituíram um desses escassos "vestígios" aos quais o projeto se pode aferrar, convertendo-se num verdadeiro pedestal e suporte.



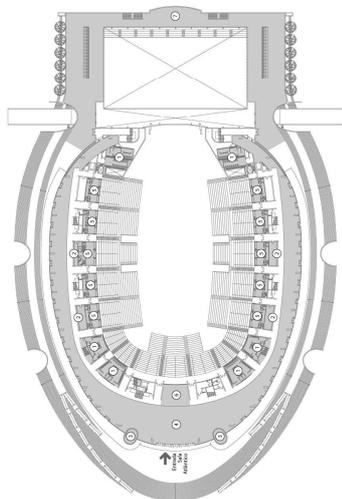
Contudo, outros elementos que habitualmente "condicionam" os seus trabalhos estão aqui ausentes, sendo evidente que essas novas centralidades e esse tipo de evento carecem do tempo necessário para ativar os mecanismos de diálogo capazes de alimentar processos ainda mais enriquecedores. Todavia, ao assumir este projeto, Siza assume também a exposição e com ela o espírito de uma época, seguro, paradoxalmente, de um método que, como ele próprio afirma, "não indica um caminho claro porque os caminhos não são claros" e portanto capazes de transformar em matéria de trabalho a matéria-prima mais abundante nos nossos dias: as incertezas.

Essa é a matéria que, no momento em que o murmúrio da efeméride começa a se extinguir, nos anuncia o Pavilhão de Portugal, refletindo-se silencioso, claro e sólido nas águas do Tejo.

Na arquitetura de Siza é muito clara a busca da relação com o sítio, lugar de inserção do objeto projetado. Para o arquiteto, desenhar esse lugar é sempre um passo prévio, como se assim pudesse decifrar respostas ali contidas, que indiquem caminhos a seguir. Como, então, trabalhar no plano abstrato que caracteriza as exposições mundiais, sem as referências específicas de um tecido urbano? Esta parece ter sido a maior dificuldade que Siza enfrentou ao projetar o Pavilhão de Portugal para a Expo'98

pavilhão atlântico

regino cruz



A ideia de construir o Pavilhão Atlântico remonta às primeiras discussões sobre o Plano de Urbanização da EXPO'98.

Ao contrário de outras cidades europeias, Lisboa não possuía uma sala polivalente para acolher espectáculos, congressos e acontecimentos desportivos de grande envergadura.

As salas existentes, tanto na capital como noutros pontos do país, ou tinham lotação limitada - até 4 mil lugares -, ou eram dificilmente adaptáveis a eventos não convencionais, como o desporto de alta competição em recinto coberto.

Além disso, não dispunham do aparato tecnológico exigido para coberturas televisivas modernas ou pelos grandes espectáculos musicais ou teatrais.

Existia um vazio entre as salas até quatro mil lugares, como o Coliseu ou os pavilhões construídos para outros fins e adaptados, e os grandes recintos abertos.

Esta circunstância fazia com que o país ficasse fora dos campeonatos de desporto "indoor" e fosse difícil realizar grandes concertos nas estações frias e chuvosas.

Daí ter-se optado por construir um equipamento deste tipo, no quadro do plano de urbanização para a zona da EXPO'98.

Esta localização tinha a vantagem de servir não só a população da maior área metropolitana portuguesa, mas também o país no seu conjunto, dada a proximidade da Estação do Oriente (onde se interligam os principais meios de transporte público) e dos principais nós rodoviários

Para o projecto foi escolhido o arquitecto português Regino Cruz, associado a um grande gabinete internacional: Skidmore, Owings & Merrill (SOM).

Regino Cruz é autor de diversos projectos no Brasil e em Portugal, nomeadamente de edifícios institucionais e de escritórios em Lisboa.

A SOM obteve o primeiro prémio nos concursos para os estádios Olímpicos de Manchester e Berlim, para além de acumular projectos de grandes pavilhões desportivos nos EUA (Portland, Filadélfia, Oakland ou Minneapolis).





A configuração do Pavilhão Atlântico lembra uma nave espacial... mas a sua forma é também a do caranguejo-ferradura, espécie surgida há 200 milhões de anos.

Misto de animal marinho e nave espacial, esta forma merecia uma estrutura que a suportasse, física e simbolicamente.

Assim surgiu a ideia do travejamento em madeira para sustentar a cobertura, à maneira do cavername invertido de uma nau quinhentista.

Numa exposição mundial que evoca os oceanos e as Descobertas, a madeira, melhor que o aço ou o betão, é a matéria-prima ideal.

Definida a forma, a implantação do edifício fez-se para tirar partido da exposição solar da fachada virada a sul, para aumentar os ganhos solares durante a estação mais fria e prevenir a sua incidência directa por meio de sombreados durante o Verão.

Desta forma racionalizaram-se custos de climatização.

No mesmo sentido, foram colocadas aberturas no topo de edifício que facilitam a ventilação natural da atmosfera interior e garantem o seu arrefecimento entre eventos



A organização interna do espaço foi pensada em função de 3 grandes objectivos: 1) minimizar o impacto visual de uma construção de grandes dimensões como é esta, 2) contribuir para um uso racional da energia e 3) simplificar a entrada e saída do público.

Assim, o piso das salas de competição e espectáculos foi enterrado a 6,4 m abaixo do nível do solo.

Apesar do generoso pé-direito do edifício, este apresenta uma imagem exterior à escala humana.

As entradas e saídas fazem-se facilmente através de uma pequena escadaria exterior que circunda o edifício.

A inércia térmica foi melhorada, já que a superfície de contacto com o exterior é reduzida.

O desenho e construção do exterior contribuem também para os objectivos de optimização ao nível energético/ambiental do edifício. A cobertura é revestida a chapa de zinco. Sob esta existem diversas camadas de isolante (lã mineral), e espaços livres, para que a circulação e refrigeração do ar se façam.

Os vidros das fachadas são protegidos com palas. As suas dimensões foram estudadas para que o sol incida directamente apenas no Inverno e somente na zona em torno da arena.

O sistema de persianas dos grandes lanternins da cobertura é móvel e de accionamento eléctrico. Uma forma de engenhosa de tirar partido da luz natural, ao aumentar o conforto visual e reduzir o gasto de electricidade na iluminação artificial.

Conforme se realçava nos Termos de referência do concurso para a selecção dos projectistas, "O edifício deve ser projectado por forma a ter um bom comportamento energético, uma vez que um dos principais custos de gestão é o da energia".

Havia também que ter em conta a Estratégia Global para a Energia e o Ambiente, no quadro do plano de urbanização para a área da EXPO'98, levada à prática no âmbito do protocolo celebrado entre a Parque EXPO'98 SA, o Centro para a Conservação de energia e a Comissão Europeia.



A concepção do edifício permite otimizar a sua exploração o que veio a assegurar o êxito das candidaturas ao Programa de Financiamento Joule/Thermie e SIURE, a que corresponderam financiamentos a fundo perdido da ordem dos 180 000 contos.

Os elevados níveis de conforto e os baixos consumos de energia previstos para o Pavilhão Atlântico estão ligados à forma como o ar é insuflado na zona ocupada pelo público: por detrás das cadeiras, a baixa velocidade e a uma temperatura não muito desfasada da ambiente, otimizando a climatização da zona ocupada pelo público. A opção pelo uso a 100% de ar exterior promove elevados padrões de qualidade ambiental: as partículas contaminantes em suspensão são arrastadas para o exterior, conseguindo-se a diluição dos cheiros e odores.

De Verão, aproveita-se a água do Tejo para o pré-arrefecimento do ar insuflado. De Inverno a energia térmica de ar de extracção (mais quente), é aproveitada por recuperadores de calor.

De tudo isto resulta um bom desempenho energético do Pavilhão. Para o cumprimento deste objectivo concorrem também a utilização da ventilação e iluminação naturais e a iluminação artificial controlada, bem como o tipo de construção e revestimentos exteriores escolhidos. Calcula-se que, por comparação com um edifício semelhante onde estas estratégias não tivessem sido consideradas, se obtenham poupanças de energia da ordem dos 36% de Inverno e 63% no Verão.

in: <http://www.pavilhaoatlantico.pt/vPT/Pages/Homepage.aspx>



lista de sites consultados:
Câmara Municipal de Lisboa
Escola Superior de Música
IPPAR
InfoHabitar
Parque EXPO
Pavilhão Atlântico
PiniWeb
Wikipedia

Guia de Arquitectura Lisboa 94
(Lisboa 94; AAP; FAUTL)

coordenação, montagem e organização:
Vasco Pinheiro

colaboração:
joão sequeira, ana paula rainha

IDArq Factor